

POLÍTICA EXTERNA E CAMPANHA ELEITORAL NO BRASIL: ENQUADRAMENTOS, OPINIÃO PÚBLICA E OS CUSTOS DOMÉSTICOS DO ALINHAMENTO INTERNACIONAL

Foreign Policy and the Electoral Campaign in Brazil: Frames, Public Opinion, and the Domestic Costs of International Alignment

Ivan Felipe de Almeida Lopes Fernandes¹

¹ Universidade Federal do ABC (UFABC), São Bernardo do Campo, SP, Brasil. E-mail: ivan.fernandes@ufabc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4236-4393>.

Artigo recebido em: xx set. 2026 | Aceito(a) em: 15 set. 2026.



Esta obra está licenciada sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO

Este ensaio examina como a eleição presidencial de 2026 pode alterar constrangimentos políticos domésticos à Política Externa Brasileira (PEB), com base nos movimentos das campanhas e da opinião pública. Argumentamos que a campanha não modifica preferências do eleitorado nem redefine a política externa, mas pode revelar custos de determinadas posições da PEB. A partir das tensões recentes na relação Brasil-Estados Unidos, eixo explícito de diferenciação entre as principais candidaturas presidenciais, argumentamos que um tema originalmente externo foi submetido a enquadramentos concorrentes quanto à atribuição de responsabilidade. O episódio não altera as intenções de voto, em razão da elevada rejeição mútua entre os principais candidatos, mas reduz o potencial de expansão eleitoral da candidatura oposicionista, especialmente entre segmentos decisivos para a formação de majorias. Sugerimos que a politização de temas internacionais nas campanhas redefine custos domésticos de estratégias de alinhamento externo, ampliando constrangimentos sobre a margem de manobra do próximo governo.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Opinião Pública e Enquadramento. Relações Brasil – Estados Unidos.

ABSTRACT

This essay examines how the 2026 presidential election may alter domestic political constraints on Brazilian foreign policy (BFP), based on developments in the campaigns and public opinion. We argue that the campaign does not alter voter preferences or redefine foreign policy, but it may reveal the costs of certain BFP positions. Drawing on recent tensions in Brazil-U.S. relations—an explicit point of differentiation among the leading presidential candidates—we argue that an issue originally of an external nature has become subject to competing frameworks for attributing responsibility. The episode does not alter voting intentions, given the high levels of mutual rejection among the leading candidates. Still, it reduces the opposition candidate's potential for electoral growth, especially among segments decisive in forming majorities. We suggest that politicizing international issues in campaigns redefines the domestic costs of foreign policy alignment strategies, placing greater constraints on the next government.

Keywords: Brazilian Foreign Policy. Public Opinion and Context. Brazil–United States Relations.

INTRODUÇÃO

A política externa raramente decide eleições presidenciais no Brasil e nada indica que 2026 será uma exceção, apesar das turbulências provocadas pelos movimentos geopolíticos do atual governo norte-americano para pressionar o Brasil. O que a campanha tem oferecido é algo que a literatura sobre opinião pública e política externa raramente pôde observar no caso brasileiro. Um tema internacional passou a ocupar o centro da disputa presidencial em tempo real. Antes mesmo das convenções partidárias, os principais candidatos realizaram viagens internacionais com conteúdo eleitoral evidente, enquanto a disputa tarifária envolvendo os EUA foi incorporada às estratégias de campanha (Fernandes & Aguilera, 2026). Este ensaio utiliza esse episódio para explorar como campanhas eleitorais alteram os constrangimentos domésticos que incidem sobre a Política Externa Brasileira (PEB), bem como os limites desse efeito.

Em outras palavras, queremos entender em que medida a campanha presidencial de 2026 altera, por meio do enquadramento doméstico das pressões externas, os constrangimentos enfrentados pela PEB no ciclo 2027–2030. Argumentamos que a resposta deve ser procurada em um lugar distinto daquele privilegiado pela literatura. O principal meio de ação não consiste em modificar as preferências do eleitorado, tampouco em redefinir de forma automática a política externa do próximo governo. O efeito mais relevante é revelar custos políticos da associação com o atual governo dos Estados Unidos, gerando incentivos e restrições para qualquer governo que assuma em 2027.

A distinção entre as preferências dos eleitores e os incentivos enfrentados pelos formuladores de política externa constitui o principal elemento teórico da análise. Enquanto as primeiras são lentas, ancoradas em estruturas atitudinais de longo prazo (Almeida, Guimarães & Fernandes, 2021), os últimos podem se alterar em um único ciclo eleitoral, bastando que as campanhas demonstrem publicamente o custo de determinada posição. A literatura sobre custos de audiência demonstra que compromissos públicos aumentam o custo político de recuos posteriores por parte dos governantes (Fearon, 1994; Tomz, 2027; Guimarães *et al.*, 2020). Propomos uma extensão desse mecanismo ao argumentar que campanhas eleitorais, por meio da disputa de enquadramentos, são capazes de transformar temas internacionais salientes em objetos de disputa política, tornando visíveis os custos políticos associados a determinadas posições internacionais.

O episódio das tensões comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos oferece uma oportunidade para observar esse mecanismo. A disputa tarifária adquiriu saliência eleitoral inédita e deslocou o debate da esfera especializada para a disputa sobre atribuição de responsabilidades por parte das elites políticas.

Para desenvolver esse argumento, o artigo mobiliza quatro conjuntos de evidências complementares. As pesquisas eleitorais e de opinião registram o movimento do eleitorado ao

longo do episódio². Os dados de comércio exterior dimensionam a exposição efetiva da economia brasileira³. As séries atitudinais de longo prazo situam a conjuntura na estrutura mais estável das opiniões brasileiras sobre os Estados Unidos⁴. Por fim, a análise de conteúdo da grande imprensa baliza os limites e as possibilidades dos enquadramentos disponíveis sobre a PEB⁵.

DA DISPUTA COMERCIAL À ATRIBUIÇÃO DE RESPONSABILIDADES

A capacidade da opinião pública de formar posições sobre temas internacionais quando estes ganham destaque é um achado consolidado. Mesmo públicos pouco informados opinam - e polarizam - quando um tema externo adquire saliência (Aldrich, Sullivan & Borgida, 1989). No Brasil, a caracterização da política externa como política pública retirou da PEB o estatuto de domínio insulado e a expôs, de forma analítica, às arenas domésticas (Milani & Pinheiro, 2013; Fernandes *et al.*, 2023). O que 2026 acrescenta é menos uma novidade teórica do que uma oportunidade empírica, pois, pela primeira vez, a relação bilateral com os Estados Unidos opera como eixo explícito de diferenciação entre as principais candidaturas presidenciais, e não como pano de fundo de posicionamentos estratégicos mais duradouros.

As viagens dos dois principais postulantes à capital norte-americana no começo do ano eleitoral ilustram essa mudança. Recebido na Casa Branca em 7 de maio de 2026, o presidente concentrou a agenda oficial nas tensões comerciais, nas terras raras e na reforma do Conselho de Segurança da ONU. Dezoito dias depois, em 25 de maio, o senador da oposição desembarcou em Washington em viagem predominantemente simbólica, orientada à produção de capital político junto às redes transnacionais da direita (Fernandes & Aguilera, 2026). Em ambos os casos, disputa-se a definição pública do que significa relacionar-se com Washington e de como atenuar ou aprofundar as tensões entre os dois países.

O elemento saliente é a disputa tarifária. Sua trajetória ganha inteligibilidade quando a situamos no quadro mais amplo da política comercial americana recente. Sob a rivalidade com a China, os Estados Unidos passaram a preferir estratégias unilaterais de poder aos mecanismos multilaterais que eles próprios criaram, minando a OMC por dentro, da paralisação do Órgão de Apelação à reinterpretação das cláusulas de segurança nacional, num processo que decorre de mudanças estruturais do sistema internacional e não do estilo de um governante específico (Fernandes, Baracho & Alves, 2025).

O caso brasileiro acrescenta a esse repertório um componente extracomercial explícito. As tarifas anunciadas em julho de 2025 vieram acompanhadas de carta que citava o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro, na esteira de restrições de visto e da designação, sob a Lei Magnitsky,

² Datafolha, rodadas de março, junho e julho de 2026. Genial/Quaest, rodada de julho de 2026

³ MDIC/Comex Stat. Os dados de dependência setorial referem-se a 2024 e 2025.

⁴ Projeto “O Brasil, as Américas e o Mundo (BAM/CEBRAP)”, série de surveys nacionais realizados entre 2010 e 2022. A análise em detalhes da série referente aos Estados Unidos encontra-se em Almeida e Fernandes (2024).

⁵ Observatório de Política Externa na Imprensa (OPEI/CEBRAP), série de análise de conteúdo de editoriais e artigos de opinião publicados entre 2014 e 2023.

de um ministro do Supremo Tribunal Federal. Quando a Suprema Corte americana invalidou o uso da International Emergency Economic Powers Act, em fevereiro de 2026, o Executivo migrou a medida para a Seção 301 (Trade Act de 1974) e a Seção 232 (Trade Expansion Act de 1962), com documentos técnicos semelhantes e justificativas renovadas. A base legal e a justificativa das tarifas mudaram, mas a sobretaxa permaneceu, com o alvo setorial redesenhado.

Ao adquirir saliência eleitoral, temas internacionais tornam-se objeto de disputa por meio de enquadramentos que definem como o episódio será interpretado pelo público e a quem serão atribuídos seus custos e benefícios. A politização de um tema internacional, portanto, não decorre apenas de sua visibilidade, mas também da competição as elites políticas pela construção desses enquadramentos. É justamente esse caráter extracomercial que torna o episódio analiticamente interessante ao tornar visível os custos políticos das opções da PEB. Enquanto controvérsias estritamente comerciais tendem a permanecer circunscritas ao debate especializado, uma medida cuja justificativa remete a disputas políticas domésticas cria condições para que campanhas eleitorais disputem publicamente a interpretação do episódio e a atribuição de responsabilidade pelos seus custos e benefícios. A saliência, portanto, não gera, por si só, custos eleitorais, mas abre espaço para sua politização. É essa disputa de enquadramentos que desloca o debate do mérito técnico da política comercial para a atribuição de responsabilidade.

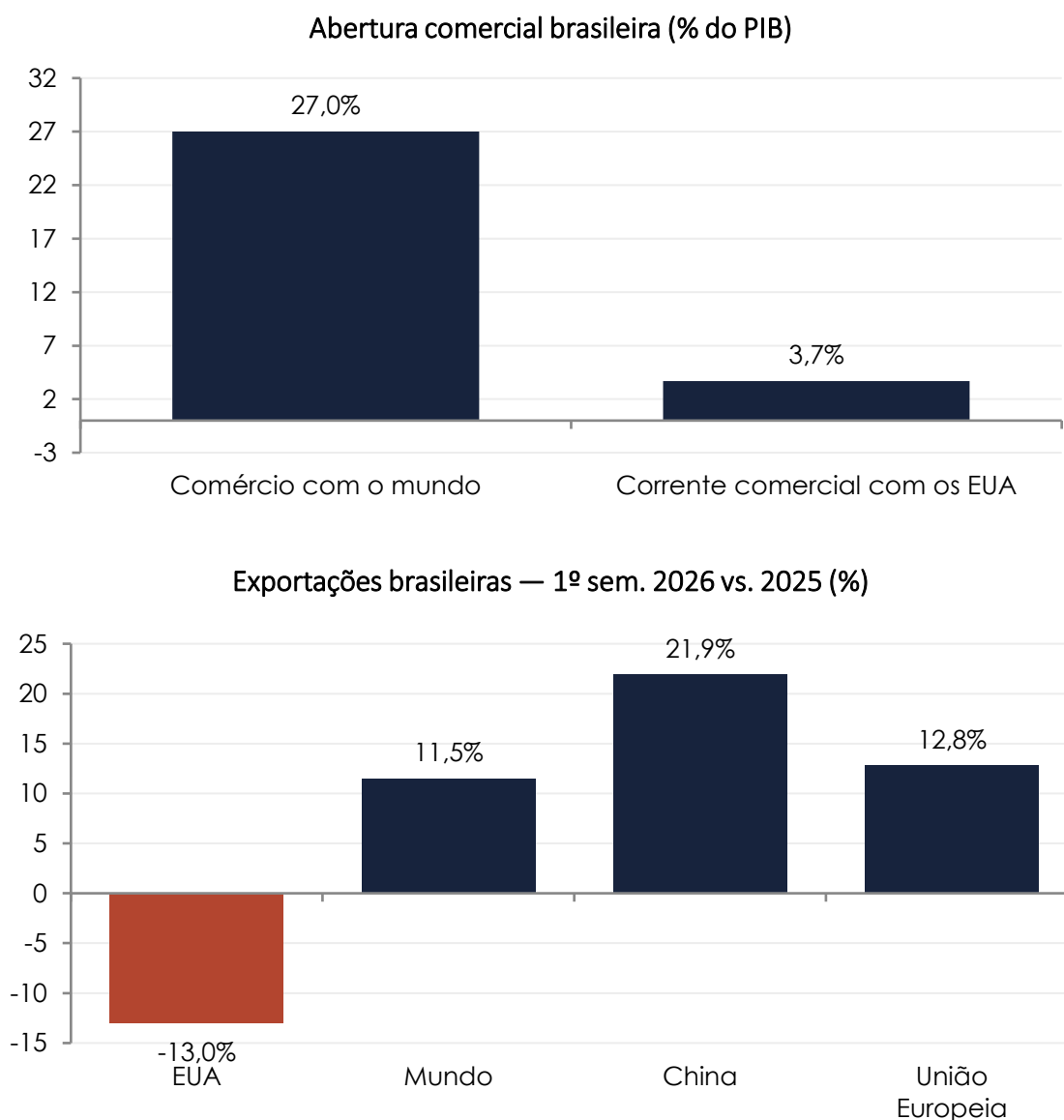
Essa disputa estruturou as campanhas informacionais subsequentes. O Planalto associou as tarifas à atuação internacional da família Bolsonaro e mobilizou o repertório da soberania; a oposição respondeu com a inversão da culpa, condensada na expressão “Partido do Tarifaço”. O contraste com o padrão histórico de enquadramento das relações bilaterais pela mídia é eloquente. Na série 2014–2023 do OPEI, a pauta comercial é a menos criticada na cobertura de política externa, com cerca de 78% dos textos de opinião que a mobilizaram sendo favoráveis à gestão da PEB. Não foi, portanto, o instrumento comercial em si que polarizou a disputa, mas o enquadramento político construído em torno dele. Transformar um instrumento comercial em um símbolo da eleição só foi possível porque, neste caso, ele deixou de ser percebido como política comercial e passou a ser interpretado como um ato político-eleitoral.

Além disso, o mecanismo não opera por meio de um choque econômico amplo sobre o eleitorado. O canal econômico direto entre o tarifaço e o eleitor mediano é assaz fraco. O Brasil segue relativamente fechado, com o comércio total de bens equivalendo a 27% do PIB e o intercâmbio com os Estados Unidos a apenas 3,7%, de modo que o impacto se concentra nos setores exportadores. No agregado, houve ainda redirecionamento, com as exportações aos Estados Unidos caindo 13% no primeiro semestre de 2026 enquanto as vendas totais cresciam 11,5% (Figura 1). Se a economia ofereceu um canal limitado de transmissão, a política oferece um canal muito mais poderoso, baseado na atribuição de responsabilidade. Assim, a saliência do tarifaço decorre menos dos custos materiais efetivamente impostos ao eleitor e mais da disputa simbólica sobre quem deve responder por eles.

Mesmo assim, há uma percepção em sentido oposto por parte do eleitorado. Em julho de 2026, 63% dos entrevistados acreditavam que as novas tarifas prejudicariam sua vida ou a de sua

família, contra 55% um mês antes (Genial/Quaest). Este dado pede uma explicação, já que uma expectativa de prejuízo pessoal tão difundida dificilmente se sustenta na estrutura de exposição econômica do Brasil. Com um canal de transmissão ao consumo familiar brasileiro bastante estreito e o choque, em boa medida, absorvido pelo redirecionamento das vendas, a maioria dos que anteciparam perdas não as verificará no orçamento doméstico. A percepção de prejuízo, portanto, não é produzida diretamente pela estrutura econômica do episódio, mas pela forma como ele é enquadrado e interpretado na disputa política. A expectativa se forma menos pela exposição econômica direta ao tarifação do que pelo debate público em seu entorno.

Figura 1 - Grau de abertura comercial e exportações brasileiras no período



Fonte: Banco Mundial / WITS; MDIC — Balança Comercial.

DO TARIFAÇO AO CUSTO ELEITORAL

Como entender o efeito do tarifaço sobre as expectativas de voto e os enquadramentos políticos em uma eleição marcadamente dividida e polarizada? Nas rodadas do Datafolha, em cenário de segundo turno, o atual presidente registrou estabilidade em seu apoio. O presidente obteve 46% das intenções de voto contra 43% do senador da oposição em março, 47% a 43% em junho e 48% a 43% em julho de 2026, esta última com coleta realizada durante a nova rodada tarifária. A pequena ampliação da vantagem do presidente é compatível com a hipótese de efeitos no cenário eleitoral, embora sua magnitude permaneça insuficiente para sustentar uma inferência conclusiva. O resultado mais forte, portanto, é a estabilidade das intenções de voto. Isto ocorre porque, com 48% do eleitorado declarando que jamais votaria no candidato da oposição e 46% afirmando o mesmo sobre o presidente, o voto declarado tornou-se fortemente imobilizado pela rejeição mútua. Procurar o efeito do tarifaço na base eleitoral dos candidatos é procurá-lo onde ele não consegue aparecer.

O movimento interessante, no entanto, não está na intenção de voto, e sim no teto do potencial eleitoral de cada candidato. O indicador da Genial/Quaest que mede a disposição de votar no candidato da oposição em função do tarifaço caiu de 30% para 27% no eleitorado geral entre junho e julho de 2026 e, na direita não bolsonarista, de 70% para 60%, com a preferência por “outro candidato” subindo de 19% para 29% no mesmo grupo. Mesmo na direita bolsonarista, houve uma queda de 88% para 81% no apoio ao senador fluminense e um crescimento de 7% para 13% no apoio a outro candidato⁶. A distinção métrica importa, pois o indicador capta a disposição latente, não o voto declarado. É por isso que o placar geral de intenção de voto mal se move, enquanto o estoque de potencial de crescimento se reduz. E o local da erosão é bastante eloquente, com dez pontos perdidos exatamente na franja que um candidato de oposição precisa para converter o segundo lugar em uma maioria no segundo turno das eleições.

Essa estabilidade não constitui uma anomalia. Ela reflete uma estrutura atitudinal de longo prazo amplamente documentada na literatura sobre opinião pública e política externa. A opinião pública brasileira sobre temas internacionais é fortemente estável, estruturada e hierarquicamente organizada, com posições sobre políticas específicas derivadas de visões ideológicas mais gerais ancoradas em crenças históricas sobre o papel do Brasil no mundo (Almeida, Guimarães & Fernandes, 2021).

No caso americano, os surveys do projeto BAM documentam uma dissociação persistente e elucidativa entre 2010 e 2022. As avaliações da relação bilateral permaneceram amplamente positivas e estáveis, acima de 70% e sem variação relevante por inclinação política, enquanto a desconfiança nos Estados Unidos passou a superar a confiança a partir de 2014 e atingiu 63% em

⁶ Os efeitos também são relevantes no centro e menores na esquerda. O aumento no potencial de voto em Lula entre os identificados com o lulismo subiu de 92% para 93% e o aumento na esquerda não lulista subiu de 78% para 81%. Já entre os identificados como independentes, houve crescimento no potencial de voto em Lula de 26% para 33% e perda de apoio potencial em Flávio Bolsonaro de 45% para 38%.

2018, durante o primeiro governo Trump, seu auge até agora mensurado, contra 31% de confiança (Almeida & Fernandes, 2024). Almeida e Fernandes (2024) observam ainda que a atitude diante dos Estados Unidos converteu-se em marcador da própria polarização, com 71% dos eleitores de Fernando Haddad declarando desconfiança naquele ano, contra 55% dos eleitores de Jair Bolsonaro, e que a política externa, antes um campo de pouco dissenso eleitoral, tornou-se objeto da disputa entre os campos políticos. Valorizar a relação entre Estados, em suma, não equivale a endossar o alinhamento com uma administração específica. A campanha de 2026 não alterou a estrutura das preferências em relação aos Estados Unidos; apenas alterou o significado eleitoral do alinhamento com o governo norte-americano de plantão.

Os enquadramentos disputados durante a campanha também não emergem em um vazio informacional. Eles dialogam com estruturas de interpretação construídas ao longo do tempo pelos meios de comunicação, que atuam como intermediários, com interesses próprios, entre as autoridades e o público (Baum & Potter, 2008). Os enquadramentos que produzem sobre a PEB são empiricamente mensuráveis e os dados do OPEI mostram que, em 2014, as referências favoráveis à aproximação com os Estados Unidos superavam amplamente as contrárias; a inflexão começa no governo Temer e se consolida na gestão de Ernesto Araújo, ao final da qual 60% dos veículos monitorados adotavam postura crítica ao alinhamento com Washington (Fernandes & Aguilera, 2026; Baracho *et al.*, 2023). Não por acaso, foi nesse período que o discurso da política externa se afastou tanto das diretrizes constitucionais quanto da própria tradição conservadora brasileira, organizando-se em torno de um repertório importado do paleoconservadorismo americano, mais voltado ao engajamento moral das bases do que à orientação da prática diplomática (Natalino, Fernandes & Baracho, 2024). A série do OPEI, contudo, abrange o período de 2014–2023. Não há, no entanto, análise sistemática para o período 2024–2026. Estender a série ao presente é a agenda imediata do Observatório e condição para testar se o enquadramento da imprensa acompanhou, no ciclo eleitoral, as reviravoltas captadas pelas pesquisas de intenção de voto.

Em conjunto, essas evidências são consistentes com o argumento proposto. O episódio do tarifaço não alterou significativamente as preferências já cristalizadas do eleitorado. Seu principal efeito foi redefinir, por meio da disputa de enquadramentos, os custos do alinhamento com o governo norte-americano, mesmo em condições de baixa mobilidade eleitoral, tornando mais visíveis os efeitos associados a essa posição internacional.

Resta considerar o que esse deslocamento implica para o ciclo 2027–2030. O custo eleitoral da associação com Washington tornou-se conhecido por todos os atores relevantes, e posições assumidas sob alta saliência são caras de abandonar depois. Esses custos valem para qualquer vencedor. Um governo de continuidade terá dificuldade em moderar o repertório da soberania quando a negociação exigir pragmatismo; um eventual governo de oposição herdará compromissos de campanha com um alinhamento custoso. Em ambos os casos, estreita-se a margem para a estratégia de equilíbrio recomendada pela condição de potência democrática

emergente do Sul Global diante da transição hegemônica em curso (Fernandes, 2023). A eleição de 2026 decide menos a direção da relação bilateral do que a margem disponível para conduzi-la.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Aldrich, J. H., Sullivan, J. L. & Borgida, E. (1989) 'Foreign affairs and issue voting: do presidential candidates "waltz before a blind audience"?', *American Political Science Review*, 83(1), pp. 123-141. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/foreign-affairs-and-issue-voting-do-presidential-candidates-waltz-before-a-blind-audience/B1E2105A56BF1EFB02AEA21503169E7B> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Almeida, M. H. T. & Fernandes, I. F. (2024) 'Os brasileiros e os Estados Unidos: a opinião pública em uma década de mudanças', in MAGNOTTA, F. (org.) *Uma parceria bicentenária: passado, presente e futuro das relações Brasil–Estados Unidos*. Brasília: FUNAG, pp. 345-360.

Almeida, M. H. T., Guimarães, F. S. & Fernandes, I. F. A. L. (2021) 'Structuring the public opinion on foreign policy issues: the case of Brazil', *Latin American Research Review*, 56(3), pp. 557-574. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/latin-american-research-review/article/structuring-public-opinion-on-foreign-policy-issues-the-case-of-brazil/A59E3EC39467B5E77EF01DA3C1AF78D7> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Baracho, L. F., Roman, C., França, G. T., Favalle, F. B., Sacramento, C. D. & Fernandes, I. F. (2023) 'A política externa brasileira a partir da imprensa: um estudo exploratório sobre o enquadramento dos principais jornais brasileiros', *Revista de Sociologia e Política*, 31, e010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/4588f3WTWrp4BzL5FkK3Tmt/?lang=pt> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Baum, M. A. & Potter, P. B. K. (2008) 'The relationships between mass media, public opinion, and foreign policy: toward a theoretical synthesis', *Annual Review of Political Science*, 11, pp. 39-65. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev.polisci.11.060406.214132> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Fearon, J. D. (1994) 'Domestic political audiences and the escalation of international disputes', *American Political Science Review*, 88(3), pp. 577-592. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/abs/domestic-political-audiences-and-the-escalation-of-international-disputes/D22E7DE87C4CFBC436AAB3CFE7505962> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Fernandes, I. F. A. L., Baracho, L. F. & Santos, A. L. (2023) 'O conceito de política externa e sua relação com as políticas públicas', in GALLO, R. F. (org.) *Curso de Política Externa Brasileira contemporânea: agendas e posicionamentos*. São Paulo: Freitas Bastos Editora, v. 1, pp. 31-60.

Fernandes, I. F. (2023) 'O Brasil como potência emergente no Sul Global no novo cenário internacional: ameaças e possibilidades diante da mudança hegemônica', *Estudos do Século XX*, 23, pp. 99-115. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/estudossecxx/article/view/13749> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Fernandes, I. F., Baracho, L. F. & Alves, E. E. C. (2025) 'Rivalry without war? The WTO and institutional change beyond the Thucydides Trap', *Revista Brasileira de Política Internacional*, 68(1), e013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7329202500113> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Fernandes, I. F. & Aguilera, A. (2026) 'Política externa e disputa eleitoral no Brasil de 2026: Washington quer ir às urnas', *Latinoamérica21*, 21 jul. Disponível em: <https://latinoamerica21.com/pt-br/politica-externa-e-disputa-eleitoral-no-brasil-de-2026-washington-quer-ir-as-urnas/> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Guimarães, F., Fernandes, I. F. & Maldonado, G. (2020) 'Domestic attitudes toward regional leadership', *Foreign Policy Analysis*, 16(1), pp. 98-117. Disponível em: <https://academic.oup.com/fpa/article-abstract/16/1/98/5320429> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Milani, C. R. S. & Pinheiro, L. (2013) 'Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública', *Contexto Internacional*, 35(1), pp. 11-41. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Dy6zLys78XTnTV8YFkY9ZJJ/?lang=pt> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Natalino, E. C., Fernandes, I. F. & Baracho, L. F. (2024) 'Pensamento araujista e a política externa brasileira: o conservadorismo alienígena', *Carta Internacional*, 19(1), e1411. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/1411> [Acesso em: 24 ago. 2026].

Tomz, M. (2007) 'Domestic audience costs in international relations: an experimental approach', *International Organization*, 61(4), pp. 821-840. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/international-organization/article/abs/domestic-audience-costs-in-international-relations-an-experimental-approach/DE9C218365E2AF849FC6ECF67CCC45F1> [Acesso em: 24 ago. 2026].